



Educação

Ponto de partida

As condicionantes 2.11, 2.12 e 2.13 da Licença de Instalação (LI) determinam, no que diz respeito à temática de educação, a construção de equipamentos escolares de modo a garantir suficiência de vagas, conforme prazos e critérios estabelecidos junto às prefeituras. Cabe ao empreendedor, ainda, apoiar a manutenção das instalações até a entrada em operação do empreendimento, realizar monitoramento semestral de suficiência e, caso haja necessidade, “oferecer medidas adicionais antecipatórias”.

Situação de cumprimento segundo o órgão licenciador¹

O Ibama considera atendida a condicionante 2.11, que determina o monitoramento da suficiência de vagas. As medidas adicionais a que a condicionante 2.13 faz referência estão “em atendimento”. Já quanto à 2.12, sobre a construção dos equipamentos, o órgão licenciador diz que não houve alteração em relação a manifesto anterior (de maio de 2013) no qual avalia que as novas instalações “não estavam sendo implantadas nos prazos aos quais se referem as condicionantes”.

1. Parecer do Ibama 5036/2014.

Principais dados levantados

Segundo o último monitoramento de suficiência pela Norte Energia, de outubro de 2014, todos os cinco municípios da Área de Influência Direta (AID) – Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio – apresentam sobras de vagas, nos ensinos fundamental e médio. Senador José Porfírio e Vitória do Xingu têm um ligeira insuficiência, apenas para o ensino infantil.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) corroboram relatos das Secretarias Municipais de Educação, segundo os quais haveria sobrecarga de estudantes para o ensino fundamental, nas áreas urbanas. É o caso de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, que apresentam, em 2013, número de alunos por turma acima do que recomenda o Ministério da Educação.

Ainda segundo relatos das prefeituras, destacam-se as percepções que questionam a qualidade das novas instalações. São descritos problemas elétricos, indisponibilidade de salas para professores e diretoria, biblioteca e quadras, e baixa acessibilidade, em algumas escolas dos municípios da AID. Ainda há relatos de ociosidade, com destaque para Vitória do Xingu, onde 19 das 11 escolas construídas ficaram sem uso.

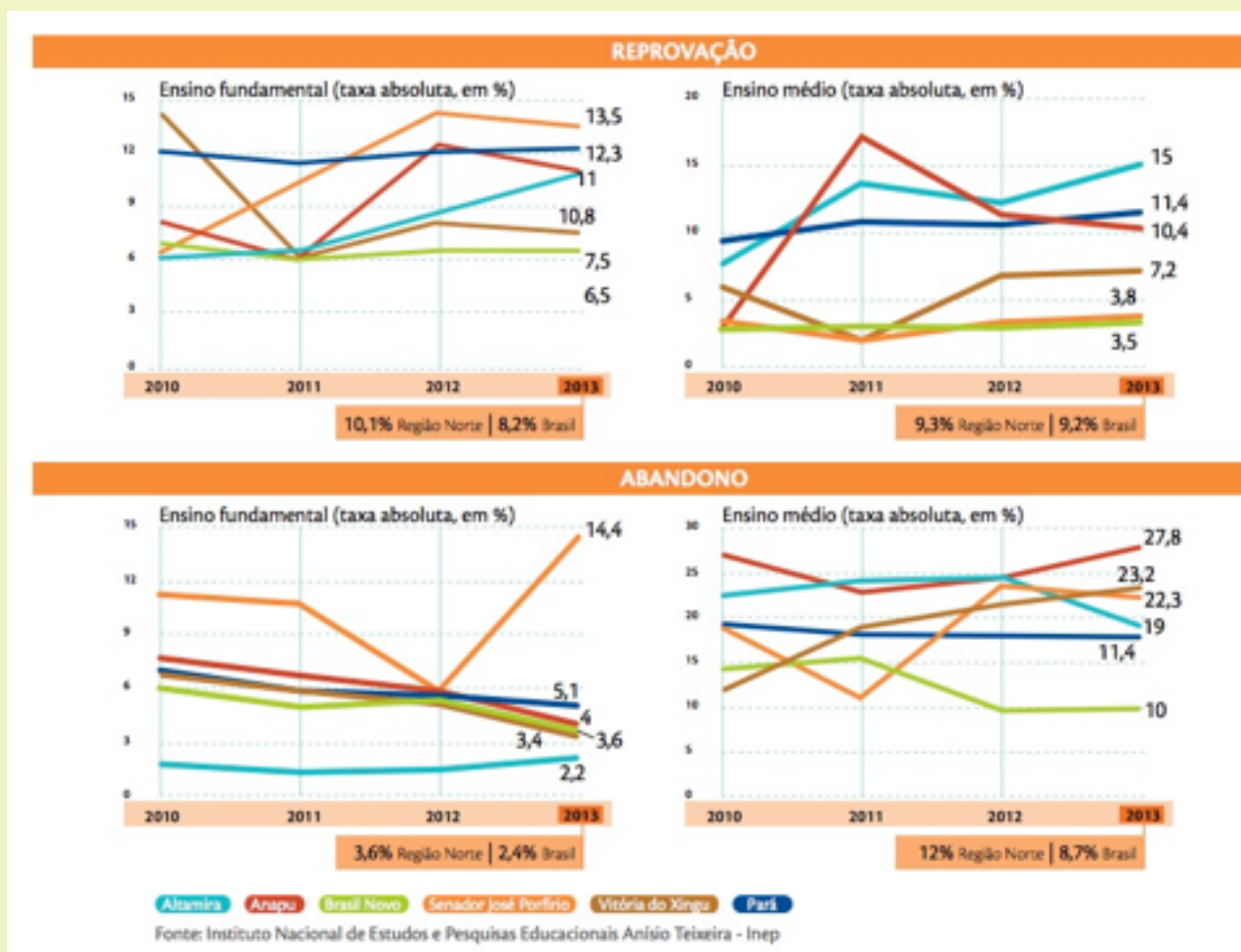
É oportuno analisar todo esse quadro na perspectiva da participação e controle social. Não há evidências, por exemplo, de efetivo envolvimento de conselhos voltados para a área de educação no acompanhamento da implementação desses equipamentos. Embora os cinco municípios apresentem cada qual a sua trajetória, ora com indicadores de educação positivos, ora negativos, chamam a atenção os dados de reprovação e abandono escolar no ensino médio.

Há uma tendência geral de crescimento em reprovação desde 2010. Já quanto ao abandono, com exceção de Brasil Novo, que entra numa trajetória de queda expressiva a partir de 2011, todos os demais municípios têm taxas consideravelmente superiores às do Brasil, da Região Norte e do estado do Pará.

No ensino fundamental, a reprovação também aumentou em todos os municípios em relação a 2011, embora estejam ainda muito próximos ou abaixo da média paraense. Em Altamira, o abandono nessa etapa de ensino exibe leve crescimento entre 2011 e 2013, na contramão de Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu. Apesar disso, a principal cidade da região ainda mantém a menor taxa absoluta de abandono escolar na AID. Para o ensino fundamental, em ambos os quesitos, os índices mais preocupantes são os de Senador José Porfírio.

Uma boa notícia se refere à qualificação de professores. De um modo geral, em toda a região do PDRSX, verifica-se aumento do número de profissionais com curso superior, especialmente no ensino fundamental.

Ainda que as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apresentem-se baixas em relação à média nacional, um estudo qualitativo aprofundou o olhar sobre escolas em Altamira com notas acima da média. O estreitamento de vínculos da família com a escola, bem como um acompanhamento da aprendizagem de cada aluno são alguns dos caminhos adotados que podem inspirar e motivar outras experiências na região.



Análise

Na busca por qualificar os dados sobre reprovação e abandono, foram realizadas entrevistas em profundidade com alunos, ex-alunos, diretores e professores de três escolas de ensino médio em Altamira. Os grupos identificam um **distanciamento dos jovens em relação ao ensino médio** e um dos principais motivos apontados é a ampla oferta de empregos e outras chances de geração de renda. O maior envolvimento de pais e mães com atividades profissionais e menor acompanhamento familiar dos estudantes também foi destacado, entre outros fatores.

As percepções sobre como as mudanças no território impactaram o ensino formal também se revelaram em outros momentos da pesquisa. Segundo a Secretaria Municipal de Educação em Altamira, por exemplo, constata-se alta **rotatividade de professores** – sobretudo os de ensino fundamental – que, atraídos por melhores oportunidades econômicas, deixam o magistério.

Independentemente das causas, os indicadores preocupantes de educação podem apontar para a restrição de oportunidades de **desenvolvimento humano** no longo prazo. Capital humano qualificado é um fator crucial para dar sustentabilidade a um ciclo virtuoso a partir do aquecimento econômico trazido pelo empreendimento. Embora a região tenha vivido um incremento da oferta

de ensino técnico e profissionalizante, deve-se atentar para a alta dependência de oportunidades de emprego e renda que tendem a se alterar sensivelmente tão logo esteja concluída a construção da usina.

O momento enseja reflexão e debate sobre as condições do ensino formal, para além da suficiência de vagas, foco das condicionantes monitoradas. Os dados apontam a necessidade de se aproveitar o aporte de recursos humanos e financeiros trazidos com a obra, bem como das políticas públicas incidentes na região, para se pensar em iniciativas específicas voltadas à retenção dos estudantes no ensino médio.

A sociedade e o empreendedor podem ajudar nesse processo, conscientizando empresas da região sobre a importância da educação, buscando com que elas também se comprometam com a manutenção dos jovens na escola, em parceria com governos locais e entidades empresariais. Criar um ensino mais participativo, que faça uma vinculação direta com o mundo do trabalho, também são medidas a avaliar para reduzir tal distanciamento no contexto de uma economia aquecida. Discutir o tema com a sociedade local, poder público e empreendedor é um passo importante para a busca de soluções conjuntas para a questão

Este boletim é um produto do projeto Indicadores de Belo Monte, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Com duração de 18 meses, o projeto dedica-se a monitorar os temas: educação, saúde, saneamento, deslocamentos compulsórios no meio rural, fiscalização ambiental e controle da malária, além das seguintes questões indígenas: saúde, educação, regularização fundiária, proteção territorial e controle social.

Saiba mais em indicadoresdebelomonte.com.br

Contato: indicadoresdebelomonte@fgv.br